

Justiça invalida contrato da Qualix

RENATA MOREIRA

A 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) considerou invalidado, ontem, por maioria de votos, o processo de licitação por meio do qual a empresa Qualix passou a cuidar da varrição, limpeza e coleta de lixo da cidade. O contrato acabou no dia 17 de novembro, mas foi prorrogado pelo governo do DF por mais um ano ou até nova concorrência. A ação pública, promovida pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) contra irregularidades na admissão da companhia, está na Justiça desde

2000, ano em que começaram os trabalhos da Qualix. O processo tramita na 7ª Vara de Fazenda Pública do TJDF.

A decisão não afeta, entretanto, o adiamento do término do contrato, feito este mês. O porta-voz do governador Joaquim Roriz, Paulo Fona, afirmou que a população não será afetada nem terá os serviços de coleta de lixo comprometidos. "A decisão judicial foi em segunda instância, ou seja, não definitiva. Além disso, só saiu agora e não vai influenciar em nada os novos serviços prestados pela Qualix", disse.

O Tribunal declarou ilegais alguns quesitos do edital

de licitação que a empresa venceu há cinco anos, como o que impediu que consórcios participassem da concorrência, por exemplo. Segundo a turma, não há justificativas técnicas para impedir que outras empresas dividissem os serviços com a Qualix. Outro problema foi a ausência de estudos de impactos ambientais no projeto básico. O aterro sanitário da Ceilândia, que está previsto para ser construído o mais rápido possível, está localizado em uma nascente do Rio Descoberto. De acordo com os desembargadores responsáveis pelo caso, a permissão de funcionamento naquela regi-

ão é uma irresponsabilidade com o meio ambiente.

Uma nova licitação só poderá ser aberta após o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) terminarem de elaborar a licença ambiental de funcionamento do aterro sanitário entre Ceilândia e Samambaia. A empresa Qualix foi procurada para prestar declarações a respeito do caso mas não quis se pronunciar. O valor do contrato, estimado em 2000, era de R\$ 360 milhões. Ao fim de cinco anos, foram gastos ao todo R\$ 580 milhões.